





# CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 131/2019

Aos 3 dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e dois, na sede da DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, é celebrado o contrato de aquisição de serviços, entre este Serviço Central da Administração Direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com sede na Avenida Afonso Costa, n.º 3, 1949-002 Lisboa, titular do NIPC 600082440, neste ato representado por Rogério Lima Ferreira, que outorga na qualidade de Diretor-Geral e em representação da DGADR, no uso de competência própria, em conformidade com o disposto nos artigos 36.º e no n.º 1 do 106.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, doravante designado como primeiro outorgante ou DGADR;

е

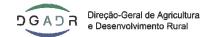
PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, S.A., com sede em ALFRAPARK, Estrada do Seminário, n.º 4, Edifício C, Piso 1 Sul, Alfragide, 2614-523 Amadora, pessoa coletiva n.º 501683631, matriculada na Conservatória do Registo Predial/Comercial da Amadora, correspondente à anterior matricula n.º 20747/2003-11-13 na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, com capital social de 149.650,00 €, neste ato representada por titular do Cartão de Cidadão nº , válido até 06/12/2028, residente profissional em Alfrapark, estrada do Seminário, n.º 4, Edifício C, Piso 1 Sul, Alfragide, 2614-523 Amadora e por emitido pela República Portuguesa e válido até 11/04/2028, com morada profissional na Alfrapark, Estrada do Seminário, n.º 4, Edifício C, Piso 1 Sul, Alfragide, 2614-523 Amadora, que outorga na qualidade de Representantes da Empresa com poderes para o efeito; como segundo outorgante.

#### Considerando que:

i) O presente contrato foi precedido pela "Consulta Prévia n.º 131/DGADR/2019 - Aquisição de Serviços para Revisão e Atualização do Projeto de Execução das Redes de Rega, de Enxugo e Viária do Aproveitamento Hidroagrícola da Bacia do Rio Xévora", autorizado por









despacho do Senhor Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, de 11/09/2019, exarado na informação n.º Inf\_DSR\_DIH\_4053\_2019, de 09/04/2019;

- ii) A decisão de adjudicação da aquisição de serviços foi tomada por despacho do Senhor Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, de 27/01/2020, exarado na informação n.º Inf\_DSR\_DIH\_556\_/2020, de 14/01/2020, onde igualmente aprovou a minuta de contrato;
- iii) A prestação destes serviços foi adjudicada ao concorrente PROCESL Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda., nos termos da sua proposta, com um prazo de execução de 60 dias e pelo valor de 38 850,00 € (trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta euros);
- iv) Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, conjugado com o artigo 255.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro;

os outorgantes acordam entre si, livremente e de boa fé, o presente contrato de aquisição de serviços, nos termos do artigo 94.º e seguintes do Código de Contratos Públicos, abreviadamente designado por CCP, e das condições constantes nas cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira

## (Objeto)

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços pela PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, S.A., de todos os trabalhos definidos quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no caderno de encargos da Consulta Prévia n.º 131/DGADR/2019, referente à "Aquisição de Serviços para Revisão e Atualização do Projeto de Execução das Redes de Rega, de Enxugo e Viária do Aproveitamento Hidroagrícola da Bacia do Rio Xévora", e na proposta adjudicada, documentos que se encontram arquivados na DGADR.

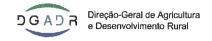
## Cláusula Segunda

(Duração do Contrato)

1 – O presente contrato entra em vigor logo após a sua assinatura.









2 - De acordo com o previsto na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, a duração da prestação de serviços será de 60 (sessenta) dias de calendário, contados a partir da entrada em vigor do contrato.

#### Cláusula Terceira

## (Relações entre as Partes)

- 1 A DGADR designa como gestora do contrato, nos termos do artigo 290º-A do CCP, a Eng.a com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
- 2 O segundo outorgante deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a DGADR, representada pelo gestor do contrato, e o co-contraente, devendo, para o efeito, disponibilizar os contactos telefónicos e o endereço eletrónico do representante por si nomeado.
- 3 Caso se verifiquem situações anómalas na execução do contrato e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas sob pena de entrar no regime de incumprimento do contrato.
- 4 Todos os documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### Cláusula Quarta

# (Horário, Salário, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho)

- 1 O pessoal afeto à prestação de serviços objeto do presente contrato está sujeito à legislação em vigor quanto a horários de trabalho, salários mínimos, higiene e segurança no trabalho, segurança social e imigração, sendo da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços todas as infracções cometidas àquela legislação.
- 2 A assistência ao pessoal ao serviço da prestação de serviços que seja vítima de qualquer acidente ou doença profissional ocorrido no decurso da execução dos trabalhos é da exclusiva responsabilidade do Prestador de Serviços, assim como o ressarcimento de todos os prejuízos de qualquer natureza que sejam causados a terceiros.









3 - O Prestador de Serviços obriga-se a efetuar, por sua conta, o pagamento dos encargos devidos à Segurança Social, os encargos sociais e prémios de seguro contra acidentes de trabalho, em relação a todo o pessoal ao serviço da aquisição de serviços, bem como a obtenção e o pagamento das licenças e taxas necessárias à execução da aquisição de serviços.

#### Cláusula Quinta

## (Preço contratual, condições de pagamento e encargos resultantes do contrato)

- 1 O valor do presente contrato é de 38 850,00 € (trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta euros), correspondendo ao valor da proposta adjudicada, acrescido de IVA, a satisfazer no ano de 2022.
- 2 O preço referido no número anterior abrange todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3 O encargo total resultante do presente contrato corresponde a verbas do Programa PDR2020. Operação: 3.4.1 - Desenvolvimento do regadio eficiente, Código do Projeto: PDR2020 - 341-035415. Rubrica 2 - Execução de obras - Acompanhamento, assistência técnica e fiscalização das obras.
- 4 O encargo é suportado pelo orçamento da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, relativo a verbas atribuídas à DGADR, provenientes do orçamento de investimento do IFAP, IP, referentes a transferências comunitárias e do Orçamento de Estado, no âmbito do projeto aprovado pelo PDR 2020.
- 5 O número de compromisso para o presente contrato de prestação de serviços é AA52100341, a que corresponde o NPD 2940010009.

#### Cláusula Sexta

(Resolução de Contrato por facto imputável ao Segundo Outorgante)









- 1 No caso de incumprimento culposo ou cumprimento defeituoso por parte do segundo outorgante, poderá o contrato ser rescindido a qualquer momento pela DGADR, sem prejuízo das indemnizações que possam ser devidas pelos danos eventualmente causados.
- 2 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a DGADR pode resolver o presente contrato de acordo com o disposto nas Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos.
- 3 Considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, quando exista, o segundo outorgante continue a incorrer em incumprimento.

## Cláusula Sétima

#### (Caução)

Atendendo ao diminuto valor do contrato e respetiva simplicidade, não é exigível prestação de caução.

## Cláusula Oitava

## (Penalidades)

As penalidades a aplicar por violação dos prazos contratuais serão aplicadas de acordo com o que se encontra previsto no Caderno de Encargos.

## Cláusula Nona

# (Foro Competente)

Para apreciar qualquer questão ou para dirimir qualquer litígio emergente da interpretação, execução ou incumprimento do presente contrato, que não possa ser resolvido pelo recurso aos meios graciosos, é competente o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## Cláusula Décima

(Casos Omissos, Documentos Contratuais e Prevalência)









- 1 O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e integra ainda os seguintes elementos:
  - a) O convite;
  - b) O caderno de encargos;
  - c) A proposta adjudicada.
- 2 Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato proposto pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

#### Cláusula Décima Primeira

# (Documentos Entregues)

Neste ato foram presentes os seguintes documentos, que ficam arquivados na DGADR:

- a) Declaração emitida pelo co-contraente em 28/10/2021, de acordo com o modelo do Anexo II do CCP;
- b) Declaração, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em 12/10/2021, comprovativa de que a situação contributiva da empresa se encontra regularizada perante a Segurança Social;
- c) Certidão comprovativa de que a situação contributiva da empresa se encontra regularizada, perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, emitida em 12/10/2021, pelo Serviço de Finanças Amadora;
- d) Fotocópia do certificado de registo criminal da empresa, emitido em 22/09/2021, pela Direção-Geral da Administração da Justiça, válido até 21/12/2021;
- e) Fotocópia do certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de gerência da empresa;
- f) Certidão Permanente demonstrando a existência jurídica da empresa e a legitimidade dos seus representantes.







O presente contrato de aquisição de serviços vai ser rubricado e assinado pelos outorgantes.

Por todos os outorgantes, nas qualidades atrás invocadas, foi declarado que aceitam o presente contrato para as suas representadas com todas as suas cláusulas e demais condições, das quais têm inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento pontual se obrigam.

O presente contrato foi assinado em três exemplares, ficando dois exemplares para o primeiro outorgante e um exemplar para o segundo outorgante.

# O Primeiro Outorgante, em representação da DGADR



O Segundo Outorgante, em representação do Prestador de Serviços

